

# Equívoco distrital

FRANCISCO PEDRO DO COUTTO

O senador José Sarnei anunciou que vai apresentar projeto implantando o voto distrital no país e assim substituindo o voto proporcional para a Câmara dos Deputados e decorrentemente para as Assembleias Legislativas. O senador José Sarnei é realmente um político competente e pode ser incluído entre as exceções dos que efetivamente pensam e tem capacidade de formulação. No caso, entretanto, está formulando errado. Por várias razões.

Ele parece defender agora o voto por distrito como uma forma de tentar assegurar maioria para a Arena nas eleições de 78. Equivoca-se. O voto distrital, embora fortaleça as lideranças locais e em muitos revigore a atuação dos cabos eleitorais em detrimento, talvez, dos próprios deputados, no fundo transforma as eleições parlamentares de proporcionais em majoritárias. E isto evidentemente não serve a Aliança Renovadora Nacional. A Arena, cada vez, evita pleitos majoritários. Primeiro para os governos estaduais e mais recentemente, a partir de abril, até para o Senado Federal. Logo, o voto majoritário, dizendo-se o que é possível, não é o seu forte. Numa eleição por distrito, claro que a disputa em cada área geográfica vai se concentrar entre dois candidatos, no máximo entre quatro candidatos, dois de cada partido, se for adotado um sistema mesclado, que aliás figura entre as alternativas do projeto elaborado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política, dirigido pelo ministro Temístocles Cavalcanti. O confronto majoritário causará certamente maior polarização, mesmo local, entre MDB e Arena e nesta altura dos acontecimentos mesmo nos meios rurais não se pode ter certeza de que a fórmula continua interessando ao partido do governo. Nos grandes centros urbanos, de fato seria um desastre para a Arena. Na cidade do Rio de Janeiro, para citar um exemplo marcante, no voto distrital, nenhum candidato seu conseguiria sair vitorioso. O voto por distrito afastaria, de plano deputados como Celso Borja, como Alvaro Vale, com a deputada Lígia Lessa Bastos. Mas estes são exemplos isolados. A questão é muito mais ampla. A representação arenista que possui sua base fixada nas áreas metropolitanas do país seria simplesmente arrasada. O governo restringiu a campanha eleitoral na televisão, limitando-a à apresentação de slides e à leitura de currículos. Foi uma medida destinada a fortalecer a Arena. Mas em um universo menor, tal vantagem desaparecería, uma vez que os termos de comunicação passariam a ser proporcionais ao número de eleitores envolvidos no confronto.

Mas não é só este aspecto contraditório

que invalida a iniciativa de Sarnei. A implantação do sistema de voto por distrito é extremamente complexa. Parece fácil. Mas não é. Elaborar o projeto em si, no papel, não é o problema. O problema essencial é estabelecer-se a divisão geográfica do país em distritos eleitorais. Esta tarefa, que no Instituto de Direito Público e Ciência Política da FVG encontrava-se à cargo do ministro Temístocles Cavalcanti em conjunto com os professores Miguel Ulhoa Cintra e Armando Marinho, passados alguns anos, ao que tudo indica, ainda não foi concluída. Inclusive, há cerca de dois anos, o próprio ministro Temístocles Cavalcanti afirmou que a matéria era complexa, envolvia profundos estudos de geografia demográfica e eleitoral, e que um projeto dessa dimensão somente poderia, se aprovado, entrar em vigor a partir das eleições de 1982. A divisão geográfica do país em distritos eleitorais é realmente difícil. O país é enorme e possui 3953 municípios. No entanto, nem todo município poderia corresponder a um distrito. Veja-se, por exemplo, o caso do Rio de Janeiro ou da cidade de São Paulo. O Rio tem hoje, 2 milhões e 500 mil eleitores. Quantos distritos ele comporta? Qual a forma de dividi-lo? E de maneira que também não gerasse o desequilíbrio eleitoral. Pois uma divisão menos atenta, em sentido geral, poderá causar o seguinte absurdo: em determinados distritos os candidatos eleitos precisarão de, digamos, 200 mil votos, enquanto em outros poderão precisar de apenas 20 ou 30 mil. Só este contraste demonstra nitidamente a complexidade da matéria. Mas a questão ainda não termina aí.

Há o aspecto do casuismo contido na reforma ensaiada pelo senador José Sarnei. Ela visa claramente a resolver um problema específico da Arena, ainda que pelo caminho errado. E isso não é solução para o impasse político. Que adianta, mesmo com possibilidade de êxito, em função do reforçamento do regime democrático e da reconstrução constitucional adotar-se um meio de garantir a vitória a um partido? Nada. Esta não é a questão essencial. A questão essencial é a legitimidade das urnas e a certeza de que o voto de fato, representa um caminho concreto, já que ele representa a mais legítima expressão da opinião pública. Não será adaptando-se fórmulas em favor de determinada agremiação que se projete e constrói a verdade democrática. E, além do mais, quando tais fórmulas se invés de melhorar a situação de um partido, ainda conduzi-lo a um insucesso maior. O senador José Sarnei a quem não faltam qualidades, deve dirigir sua imaginação criadora para medidas que sejam realmente criativas e sobretudo legítimas e construtivas.